



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 **REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2024**

A Prefeitura Municipal de Itaú de Minas - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 23.767.031./0001-78 e com sede na Praça Monsenhor Ernesto Cavicchioli, nº 340, CEP: 37.975-000, na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais, por meio da Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo “**Menor Preço Por Item**”, através do site www.itaudeminas.mg.gov.br, que será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal n.º 1962/2023 e demais legislações correlatas e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o site www.itaudeminas.mg.gov.br, constante da página eletrônica da Prefeitura Municipal de Itaú de Minas.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente licitação a implantação de Registro de Preços para a aquisição de materiais hidráulicos, produtos químicos para piscina e acessórios a serem utilizados na manutenção, ampliação e atendimentos a todos os setores, secretarias e reformas de casas de pessoas carentes e necessitadas do município de Itaú de Minas, durante o período de 12 (doze) meses, em regime de fornecimento parcelado, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Termo de Referência do ANEXO I deste edital, que dele faz parte integrante.

2.2 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

4.1 - Poderão participar do presente certame as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

4.2 - Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site: www.itaudeminas.mg.gov.br, através do “link” <http://177.221.27.2:8079/comprasedital/>.

4.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4.4 - Formalização de consultas, encaminhamentos, informações, dúvidas, esclarecimentos ou impugnações (observado o prazo legal): poderão ser efetuadas através do site www.itaudeminas.mg.gov.br, solicitado por e-mail: licitacao@itaudeminas.mg.gov.br, pelo telefone: (35)3536-4995 ou diretamente no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Itaú de Minas - MG, sito na Praça Monsenhor Ernesto Cavicchioli, nº 340, CEP: 37.975-000, na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais, no horário de 07h:30min às 10h:30min e de 12h:30min às 15h:00min, em dias úteis.

4.5 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

4.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.7 - Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.8 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Administração Pública Municipal de Itaú de Minas por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.9 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.10 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.11 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

5.2 - Para fins de participação, os licitantes deverão observar, rigorosamente, as datas e horários limites para abertura da proposta, atendendo, também, para o início da disputa.

5.3 - A sessão de processamento do pregão eletrônico será realizada em ambiente virtual, no link "sala de disputa", que encontra-se inserido em "Pregão Eletrônico", que, por sua vez, encontra-se inserido em "Licitações", no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Itáú de Minas (www.itaudeminas.mg.gov.br). Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos, que seguem:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: após a divulgação deste edital no sítio eletrônico, os licitantes poderão cadastrar suas propostas no sistema, até o horário estabelecido para abertura da sessão.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO DIA: 13/08/2024 - HORARIO: 08h:20min (Horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRONICO: <http://177.221.27.2:8079/comprasedital/>

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h:40min do dia 13/08/2024

MODO DE DISPUTA: aberto

5.4 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.5 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.5.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.5.3 - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.5.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).

5.7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 4.7, 4.8 e 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), e neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

5.8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 - valor inicial unitário do item; com no máximo 02 (duas) casas decimais

6.1.2 - Marca;

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 - O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 - Os licitantes interessados deverão lançar na plataforma a sua proposta inicial, com o valor unitário nos termos do item 5 e seguintes deste edital.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ **0,10** (DEZ CENTAVOS).

7.10 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12 - Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

7.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeiro, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 - Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte dos participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

7.19.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações previstas em Lei;

7.20.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

7.20.2.1 - empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

7.20.2.2 - empresas brasileiras;

7.20.2.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 01 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação e dos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

7.21.5 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#) e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF ou outro sistema cadastral utilizado pela Administração;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU); e
- e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

8.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.11 e 7.19 deste edital.

8.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1 - conter vícios insanáveis;
- 8.7.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 - No caso de bens, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

8.8.1 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.11.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/ 2021](#).

9.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica, se necessária, constam do Termo de Referência – anexo a este Edital.

9.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação do licitante vencedor, deverão ser anexados, exclusivamente na plataforma, juntamente com a proposta readequada.

9.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.5 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.6 - A habilitação será verificada por meio da análise dos documentos inseridos pelo licitante na plataforma eletrônica onde ocorrerá a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

9.6.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.7 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas eletrônicos e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.7.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.8 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9 - A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.9.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10 - Nos termos do art. 64, inciso I da Lei 14.133/21, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.10.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.10.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.11 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.13 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2 - Nos termos do § 1º do art. 19 do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP, o prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou manualmente disponibilizada por e-mail ou nos autos do processo licitatório.

10.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, conforme § 4º do art. 18 do Decreto Municipal nº 1962 /2023 – Regulamento do SRP.

10.6 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada (art. 21 do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP).

10.7 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme previsto no art. 20 do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2 - Nos termos do inciso III do art. 18 do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP, será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original, conforme § 2º do art. 18 do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP.

11.3 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

11.4 - Nos termos do art. 20, parágrafo único do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP, na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

12.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.itaudeminas.mg.gov.br/>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

13 - PAGAMENTO

13.1 – Os pagamentos serão efetuados 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado pela contratante, mediante liquidação da Nota Fiscal com aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

13.2 – Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação pela contratada dos documentos abaixo relacionados:

13.2.1 – Certidão de regularidade fiscal junto à fazenda federal (certidão de tributos e contribuições federais e certidão de quanto à dívida ativa da união); e que inclui contribuições sociais previstas nas alíneas “a” até “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Nº 8.212, de 24 de Julho de 1.991;

13.2.2 – C.R.F.-Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS.

13.2.3- Certidão Negativa de Débitos Municipais emitida pela Prefeitura Municipal de Itaú de Minas.

13.3 - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.07.15.451.1501.2059-3.3.90.30.00 – Manutenção da Secretaria de Obras
02.07.17.512.1701.2063-3.3.90.30.00 – Manutenção Conservação de Rede de Agua
02.07.17.512.1701.2064-3.3.90.30.00 – Manut.Conserv.Sist.Esgoto Sanitário Pluvial
02.07.26.782.2601.2062-3.3.90.30.00 – Manutenção e Conservação de Vias Urbanas
02.08.15.451.1501.2068-3.3.90.30.00 – Manutenção Secretaria Serviços Urbanos
02.08.15.452.1503.2077-3.3.90.30.00 – Manutenção do Cemitério Municipal
02.08.15.452.1503.2078-3.3.90.30.00 – Manutenção do Velório Municipal
02.08.26.782.2601.2073-3.3.90.30.00 – Manutenção Terminal Rodoviário
02.09.12.361.1201.2083-3.3.90.30.00 – Manutenção Atividades Ensino Fundamental
02.09.12.365.1204.2092-3.3.90.30.00 – Manutenção de Creches
02.09.12.365.1204.2093-3.3.90.30.00 – Manutenção Ensino Pré escolar
02.09.27.812.2701.2098-3.3.90.30.00 – Manut.Atividades Esp.c/Esporte Especializado
02.09.27.813.2701.2101-3.3.90.30.00 – Manut.Quadras Esporte e Parques
02.10.10.122.1009.2103-3.3.90.30.00 – Manutenção Área Administrativa Saúde
02.10.10.301.1001.2258-3.3.90.30.00 - Manutenção Atenção Primária em Saúde
02.10.10.302.1008.2118-3.3.90.30.00 – Manutenção Atividades da Saúde – BLMAC
02.10.10.304.1006.2127-3.3.90.30.00 – Manutenção Vigilância Sanitária
02.10.10.305.1006.2128-3.3.90.30.00 – Manut.Vigil.Epidem.Cont.Doenças - BLVGS
02.11.08.244.0801.2129-3.3.90.32.00 – Manut. Ref. Casas Pessoas Necessitadas
02.11.08.244.0801.2131-3.3.90.32.00 – Assistência a Carentes e Necessitados
02.13.13.392.1301.2153-3.3.90.30.00 – Manutenção Parque de Eventos
02.13.13.392.1301.2155-3.3.90.30.00 – Manut. Fundo Prot.Patrim.Cultural
02.14.08.244.0801.2158-3.3.90.30.00 – Manutenção Atividades Secretaria
02.17.15.452.1502.2072-3.3.90.30.00 – Manutenção da Usina de Reciclagem de Lixo

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

14.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 - deixar de apresentar amostra, quando exigido;

14.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5 - fraudar a licitação;

14.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 - advertência;

14.2.2 - multa;

14.2.3 - impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6., 14.1.7 e 14.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

14.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1., 14.1.2 e 14.1.3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

14.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Administração as eventuais entidades participantes.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

15.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, dirigida ao Pregoeiro, em documento protocolizado na Administração.

15.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.itaudeminas.mg.gov.br/>.

16.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 - ANEXO I - Termo de Referência

16.11.1.1 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2 - ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

Norival Francisco de Lima
Prefeito Municipal

Matheus Henrique de Sousa
Secertário de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – TR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 016/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2024

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais hidráulicos, produtos químicos para piscina e acessórios a serem utilizados na manutenção, ampliação e atendimentos a todos os setores, secretarias e reformas de casas de pessoas carentes e necessitadas do município de Itaú de Minas, durante o período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	VALOR UNIT.
1	045.001.065	ACABAMENTO PARA REGISTRO	UND	20,	25,32
2	045.001.040	ACABAMENTO PARA VÁLVULA DE DESCARGA HIDRA EM METAL	UND	40,	54,93
3	045.001.247	ACIONAMENTO CAIXA ACOPLADA	UND	40,	51,59
4	045.001.067	ADAPTADOR COM FLANGE ½ X 20 MM	UND	40,	13,71
5	045.001.068	ADAPTADOR COM FLANGE ¾ X 25 MM	UND	10,	15,37
6	045.001.069	ADAPTADOR CURTO 25 MM	UND	20,	1,09
7	045.001.070	ADAPTADOR CURTO 50 MM	UND	40,	5,47
8	045.001.071	ADAPTADOR CURTO 60 MM	UND	10,	9,39
9	045.001.072	ADAPTADOR INTERNO ½	UND	50,	1,26
10	045.001.073	ADAPTADOR INTERNO ¾	UND	20,	1,32
11	045.001.063	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE 50 X 1 ½	UND	25,	19,97
12	053.004.048	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC PARA TUBOS E CONEXÕES – INCOLOR - FRASCO DE 175 GRAMAS	FR	30,	9,80
13	045.001.074	ANEL BORRACHA VEDAÇÃO 100 MM	UND	80,	2,71
14	045.001.075	ANEL BORRACHA VEDAÇÃO 40 MM	UND	10,	1,41
15	045.001.076	ANEL BORRACHA VEDAÇÃO 50 MM	UND	20,	1,82
16	045.001.060	ASSENTO SANITÁRIO COM TAMPA	UND	50,	34,04
17	053.006.091	BARRA DE APOIO INOX 40 CM	UND	30,	60,67
18	053.006.092	BARRA DE APOIO INOX 60 CM	UND	30,	112,67
19	045.001.048	BASE PARA VÁLVULA DOCOL	UND	50,	111,04
20	045.001.077	BASE PARA VÁLVULA HIDRA	UND	50,	158,80
21	045.001.078	BICO DE METAL PARA TORNEIRA ½	UND	50,	3,40
22	045.001.079	BICO DE METAL PARA TORNEIRA ¾	UND	100,	5,92
23	045.001.082	BICO PLÁSTICO PARA TORNEIRA ½	UND	100,	2,65
24	045.001.080	BICO PLÁSTICO PARA TORNEIRA ¾	UND	100,	3,67
25	045.001.081	BICO PLÁSTICO PARA TORNEIRA ¾ X ½	UND	50,	5,89
26	045.001.307	BÓIA/TORNEIRA PARA CAIXA D'ÁGUA ½	UND	170,	19,97



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

27	045.001.308	BÓIA/TORNEIRA PARA CAIXA D'ÁGUA $\frac{3}{4}$	UND	130,	23,50
28	045.001.084	BRAÇO PARA CHUVEIRO ALUMÍNIO 30 CM	UND	100,	17,49
29	045.001.085	BRAÇO PARA CHUVEIRO DE ALUMÍNIO 40 CM	UND	200,	23,66
30	045.001.309	BUCHA DE REDUÇÃO EXCÊNTRICA 100 X 50 MM	UND	50,	10,56
31	045.001.310	BUCHA DE REDUÇÃO EXCÊNTRICA 150 X 100 MM	UND	50,	23,87
32	045.001.008	BUCHA DE REDUÇÃO FERRO GALVANIZADO $\frac{3}{4}$ X $\frac{1}{2}$	UND	50,	10,42
33	045.001.007	BUCHA DE REDUÇÃO FERRO GALVANIZADO 1 X $\frac{1}{2}$	UND	50,	12,75
34	045.001.254	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA 50 X 40 MM	UND	50,	2,29
35	045.001.089	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25 MM X 20 MM	UND	50,	0,72
36	045.001.088	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 32 MM X 25 MM	UND	50,	1,64
37	045.001.255	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 50 MM X 40 MM	UND	50,	3,64
38	045.001.252	BUCHA PARA TORNEIRA (CARRAPETA)	UND	100,	0,95
39	045.001.248	BUJÃO GALVANIZADO $\frac{1}{2}$	UND	2,	8,51
40	045.001.090	BUJÃO GALVANIZADO 1	UND	5,	14,09
41	056.002.049	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO - 300 LITROS (COM TAMPA)	UND	10,	269,60
42	056.002.016	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO - 500 LITROS (COM TAMPA)	UND	15,	291,93
43	045.001.091	CAIXA DESCARGA SEM ENGATE	UND	45,	44,82
44	045.001.092	CAIXA SIFONADA GIRAFÁCIL MONTADA COM GRELHA E PORTA GRELHA	UND	60,	48,52
45	045.001.004	CAP ESGOTO 100 MM	UND	50,	9,23
46	045.001.093	CAP ESGOTO 150 MM	UND	50,	41,88
47	045.001.094	CAP ESGOTO 40 MM	UND	50,	3,17
48	045.001.095	CAP ESGOTO 50 MM	UND	50,	3,00
49	045.001.096	CAP ESGOTO 75 MM	UND	50,	6,36
50	045.001.256	CAP MARROM $\frac{3}{4}$ (TAMPÃO DE PVC)	UND	50,	1,51
51	045.001.097	CAP ROSQUEADO $\frac{1}{2}$	UND	50,	1,96
52	045.001.098	CAP SOLDAVEL 20 MM	UND	50,	1,01
53	045.001.019	CAP SOLDAVEL 25 MM	UND	50,	1,40
54	045.001.246	CAP SOLDAVEL 50 MM	UND	50,	5,25
55	045.001.237	COLA SILICONE PARA MANUTENÇÃO - TUBO COM 280 GRAMAS	TUBO	50,	17,93
56	045.001.062	COLA SILICONE PARA MANUTENÇÃO - TUBO COM 50 GRAMAS	TUBO	50,	6,69
57	045.001.238	COLA VEDA CALHA ALUMÍNIO TUBO COM 285 GRAMAS	TUBO	20,	15,13
58	045.001.023	COTOVELO AZUL $\frac{1}{2}$	UND	60,	5,91
59	045.001.043	COTOVELO GALVANIZADO 45° X $\frac{1}{2}$	UND	20,	9,26
60	045.001.135	COTOVELO GALVANIZADO 45° X $\frac{3}{4}$	UND	10,	14,50
61	045.001.100	COTOVELO GALVANIZADO 90° X $\frac{1}{2}$	UND	10,	6,65
62	045.001.101	COTOVELO GALVANIZADO 90° X $\frac{3}{4}$	UND	10,	12,98
63	045.001.311	CRUZETA 25 MM SOLDÁVEL	UND	10,	20,42



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

64	045.001.312	CURVA ½ GAVETA FEMEA	UND	160,	20,00
65	045.001.313	CURVA 45 Ø LONGA 100 MM ESGOTO	UND	70,	61,52
66	045.001.314	CURVA 45 Ø LONGA 50 MM ESGOTO	UND	30,	11,15
67	045.001.315	CURVA 45 Ø LONGA 75 MM ESGOTO	UND	30,	30,50
68	045.001.316	CURVA 90 Ø CURTA 100 MM ESGOTO	UND	100,	5,00
69	045.001.317	CURVA 90 Ø CURTA 40 MM ESGOTO	UND	50,	5,45
70	045.001.318	CURVA 90 Ø CURTA 50 MM ESGOTO	UND	50,	9,95
71	045.001.319	CURVA 90 Ø CURTA 75 MM ESGOTO	UND	50,	12,85
72	045.001.320	CURVA 90 Ø LONGA 100 MM ESGOTO	UND	300,	34,00
73	045.001.321	CURVA 90 Ø LONGA 40 MM ESGOTO	UND	50,	11,04
74	045.001.322	CURVA 90 Ø LONGA 50 MM ESGOTO	UND	50,	16,21
75	045.001.323	CURVA 90 Ø LONGA 75 MM ESGOTO	UND	50,	45,82
76	045.001.324	CURVA SOLDÁVEL 90 Ø 20 MM	UND	20,	2,07
77	045.001.325	CURVA SOLDÁVEL 90 Ø 25 MM	UND	20,	2,59
78	045.001.326	CURVA SOLDÁVEL 90 Ø 50 MM	UND	20,	10,95
79	045.001.327	CURVA SOLDÁVEL LONGA 32 MM	UND	10,	8,32
80	045.001.253	DUCHA HIGIÊNICA METAL	UND	80,	74,54
81	045.001.329	EMENDA PARA MANGUEIRA ¾	UND	40,	2,08
82	045.001.263	EMENDA PARA MANGUEIRA PRETA ½	UND	30,	0,97
83	045.001.331	ENGATE ALUMÍNIO 40 CM	UND	150,	21,30
84	045.001.332	ENGATE ALUMÍNIO 60 CM	UND	80,	29,63
85	045.001.333	ENGATE PLÁSTICO ½" X 30 CM	UND	10,	6,91
86	045.001.334	ENGATE PLÁSTICO ½" X 40 CM	UND	150,	6,28
87	045.001.335	ENGATE PLÁSTICO ½" X 50 CM	UND	70,	7,17
88	045.001.120	GRELHA COM FECHAMENTO REDONDA DE ALUMÍNIO 150 MM	UND	20,	29,54
89	045.001.061	GRELHA PVC QUADRADA 150 MM	UND	10,	11,32
90	045.001.258	GRELHA QUADRADA BRANCA 100 MM	UND	10,	5,67
91	045.001.121	GRELHA QUADRADA INOX 100 MM	UND	20,	8,34
92	045.001.123	GRELHA QUADRADA INOX 100 MM - ABRE/FECHA	UND	40,	14,91
93	045.001.122	GRELHA QUADRADA INOX 150 MM	UND	10,	22,56
94	045.001.259	GRELHA REDONDA BRANCA 100 MM	UND	25,	6,85
95	045.001.124	GRELHA REDONDA INOX 100 MM	UND	30,	15,81
96	045.001.126	GRELHA REDONDA INOX 100 MM - ABRE/FECHA	UND	10,	17,99
97	045.001.125	GRELHA REDONDA INOX 150 MM	UND	25,	14,58
98	045.001.127	JOELHO AZUL 20 MM X ½	UND	110,	5,51
99	045.001.128	JOELHO AZUL 25 MM X ¾	UND	30,	4,89
100	045.001.010	JOELHO ESGOTO 45° X 100 MM	UND	60,	8,59
101	045.001.241	JOELHO ESGOTO 45° X 150 MM	UND	30,	29,45
102	045.001.032	JOELHO ESGOTO 45° X 40 MM	UND	50,	2,42
103	045.001.129	JOELHO ESGOTO 45° X 50 MM	UND	50,	3,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

104	045.001.003	JOELHO ESGOTO 90° X 100 MM	UND	70,	6,36
105	045.001.130	JOELHO ESGOTO 90° X 150 MM	UND	30,	50,21
106	045.001.131	JOELHO ESGOTO 90° X 200 MM	UND	30,	116,08
107	045.001.132	JOELHO ESGOTO 90° X 40 MM	UND	40,	1,78
108	045.001.133	JOELHO ESGOTO 90° X 50 MM	UND	20,	3,07
109	045.001.134	JOELHO ESGOTO 90° X 75 MM	UND	20,	4,95
110	045.001.336	JOELHO ESGOTO COM VISITA 100 X 50	UND	50,	23,47
111	045.001.136	JOELHO PARA MANGUEIRA ¾	UND	10,	1,47
112	045.001.026	JOELHO SOLDÁVEL 25° X ½	UND	10,	4,08
113	045.001.138	JOELHO SOLDAVEL 45° X 20 MM	UND	10,	1,42
114	045.001.139	JOELHO SOLDAVEL 45° X 25 MM	UND	10,	1,87
115	045.001.027	JOELHO SOLDAVEL 90° X 20 MM	UND	140,	0,65
116	045.001.140	JOELHO SOLDAVEL 90° X 25 MM	UND	80,	0,73
117	045.001.137	JOELHO SOLDAVEL 90° X 32 MM	UND	30,	2,71
118	045.001.141	JOELHO SOLDAVEL 90° X 40 MM	UND	15,	5,69
119	045.001.053	JOELHO SOLDAVEL 90° X 50 MM	UND	15,	5,93
120	045.001.142	JOELHO SOLDAVEL 90° X 60 MM	UND	10,	26,78
121	045.001.260	JUNÇÃO 50 MM	UND	20,	8,71
122	045.001.144	JUNÇÃO ESGOTO SIMPLES PVC 100 X 100 MM	UND	30,	24,12
123	045.001.143	JUNÇÃO ESGOTO SIMPLES PVC 75 X 50 MM	UND	10,	13,21
124	045.001.059	JUNÇÃO ESGOTO SP40	UND	10,	3,65
125	045.001.358	KIT REPARO UNIVERSAL COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA ENTRADA/SAIDA	UND	50,	92,18
126	045.001.337	LAVATÓRIO BRANCO SUSPENSO PADRÃO	UND	10,	86,74
127	045.001.338	LAVATÓRIO PARA BANHEIRO EM LOUÇA COM COLUNA	JOGO	30,	171,26
128	045.001.339	LAVATÓRIO SUSPENSO DE ACESSO PADRÃO	UND	10,	184,33
129	045.001.340	LUVA ½ PLÁSTICO	UND	250,	1,86
130	045.001.341	LUVA ¾ PLÁSTICO	UND	90,	1,02
131	099.008.340	LUVA AZUL 20MM	UND	35,	104,82
132	099.008.341	LUVA AZUL 25 MM	UND	20,	7,17
133	045.001.296	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL 20 MM	UND	50,	9,37
134	045.001.297	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL 25 MM	UND	20,	9,34
135	045.001.298	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL 32 MM	UND	15,	12,97
136	045.001.299	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL 40 MM	UND	10,	27,26
137	045.001.146	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL 50 MM	UND	40,	15,07
138	045.001.147	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL 60 MM	UND	25,	42,36
139	045.001.300	LUVA DE CORRER PBA PARA TUBO SOLDÁVEL 75 MM	UND	10,	51,45
140	045.001.148	LUVA ESGOTO SIMPLES 100 MM	UND	90,	4,48
141	045.001.149	LUVA ESGOTO SIMPLES 150 MM	UND	30,	17,90
142	099.008.008	LUVA ESGOTO SIMPLES 40 MM	UND	10,	1,53
143	045.001.150	LUVA ESGOTO SIMPLES 50 MM	UND	10,	2,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

144	045.001.151	LUVA ESGOTO SIMPLES 75 MM	UND	10,	5,60
145	045.001.005	LUVA GALVANIZADA ½	UND	10,	9,49
146	045.001.152	LUVA GALVANIZADA ¾	UND	10,	7,02
147	045.001.153	LUVA GALVANIZADA 1 ½	UND	10,	27,45
148	045.001.154	LUVA PVC ROSCAVEL ¾	UND	20,	1,24
149	045.001.262	LUVA PVC SOLDÁVEL 20 MM X ½	UND	10,	1,68
150	045.001.155	LUVA REDUÇÃO AZUL ¾ X ½	UND	10,	5,86
151	045.001.156	LUVA REDUÇÃO GALVANIZADO ¾ X ½	UND	10,	8,08
152	045.001.157	LUVA REDUÇÃO SOLDAVEL 25 X 20 MM	UND	50,	1,26
153	045.001.158	LUVA REDUÇÃO SOLDAVEL 32 X 25 MM	UND	30,	2,77
154	045.001.159	LUVA SOLDAVEL 32 MM	UND	10,	1,40
155	045.001.160	LUVA SOLDAVEL 40 MM	UND	10,	3,00
156	045.001.064	LUVA SOLDAVEL 50 MM	UND	30,	3,09
157	045.001.161	LUVA SOLDAVEL 75 MM	UND	10,	13,97
158	045.001.066	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 25 MM X 3/4	UND	10,	6,45
159	045.001.162	MANGUEIRA ½ PARA ÁGUA - ROLO COM 20 METROS COM ENGATES RÁPIDOS E ESGUICHO	ROLO	30,	68,03
160	045.001.163	MANGUEIRA ½ PARA ÁGUA - ROLO COM 30 METROS COM ENGATES RÁPIDOS E ESGUICHO	ROLO	30,	75,00
161	045.001.006	MANGUEIRA AMARELA ½	MTS	300,	3,20
162	047.003.010	MANGUEIRA DE POLIETILENO PARA ÁGUA OU TUBULAÇÃO ELÉTRICA 1/2" X 2,0 MM	MTS	150,	2,43
163	047.003.011	MANGUEIRA DE POLIETILENO PARA ÁGUA OU TUBULAÇÃO ELÉTRICA 3/4" X 2,0 MM	MTS	50,	3,20
164	045.001.166	MANGUEIRA PRETA 1 ¼	MTS	50,	5,38
165	045.001.167	MANGUEIRA PRETA 1	MTS	30,	3,40
166	045.001.343	MECANISMO SAÍDA PARA CAIXA ACOPLADA	UND	80,	69,72
167	045.001.344	MICTÓRIO INDIVIDUAL EM LOUÇA DE PAREDE	UND	20,	277,14
168	045.001.264	NIPLE ½	UND	10,	1,31
169	045.001.265	NIPLE ¾	UND	10,	1,75
170	045.001.271	NIPLE COBRE ½	UND	10,	16,22
171	045.001.029	NIPLE GALVANIZADO ½	UND	30,	5,04
172	045.001.017	NIPLE GALVANIZADO ¾	UND	10,	7,07
173	045.001.236	PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO COM BUCHA (B-10)	UND	100,	3,67
174	045.001.249	PASTA LUBRIFICANTE 160 GRAMAS	UND	50,	11,09
175	045.001.168	PASTA LUBRIFICANTE 400 GRAMAS	UND	30,	18,91
176	045.001.057	PLUG GALVANIZADO ½	UND	10,	4,31
177	045.001.240	PLUG GALVANIZADO ¾	UND	50,	6,13
178	045.001.169	PLUG PVC ¾	UND	52,	0,90
179	045.001.170	PLUG PVC 1	UND	50,	4,09
180	045.001.058	PLUG ROSCÁVEL ½	UND	30,	0,92
181	045.001.171	PROLONGADOR DE PLÁSTICO 150 MM	UND	5,	15,33
182	045.001.172	PROLONGADOR TORNEIRA ½ GRANDE	UND	40,	17,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

183	045.001.173	PROLONGADOR TORNEIRA ½ MÉDIO	UND	40,	16,47
184	045.001.174	PROLONGADOR TORNEIRA ¾ MÉDIO	UND	10,	20,04
185	045.001.345	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL COM CAPACIDADE PARA 12 LITROS, PRODUZIDO EM POLIETILENO E COM BOMBA TIPO PISTÃO DUPLO FABRICADA EM LATÃO, MUITO RESISTENTE CONTRA A CORROSÃO. PESO LÍQUIDO DE 3,5 KG. PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA: 6 KGF/CM² - LANÇA DE 600MM DE COMPRIMENTO COM UMA MANGUEIRA DE 1,35 METROS - COM UM BICO - CÂMARA DE COMPENSAÇÃO: LATÃO - DIÂMETRO DA BOCA: 100MM - CINTAS: REGULÁVEIS COM APOIO DE OMBRO. NO MÍNIMO 1 ANO DE GARANTIA MARCA: JACTO OU SIMILAR	UND	6,	249,00
186	045.001.346	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, PRODUZIDO EM POLIETILENO E COM BOMBA TIPO PISTÃO DUPLO FABRICADA EM LATÃO, MUITO RESISTENTE CONTRA A CORROSÃO. PESO LÍQUIDO DE 5,4KG. PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA: 6 KGF/CM² - LANÇA DE 60 CM DE COMPRIMENTO COM UMA MANGUEIRA DE 1,35 METROS - COM UM BICO - CÂMARA DE COMPENSAÇÃO: LATÃO - NO MÍNIMO 1 ANO DE GARANTIA MARCA: JACTO OU SIMILAR	UND	6,	302,35
187	045.001.015	RALINHO PARA VÁLVULA AMERICANA INOX	UND	30,	12,90
188	045.001.175	RALO 10 X 10 MM - CROMADO	UND	10,	14,64
189	045.001.099	RALO COM SAÍDA ARTICULADA	UND	10,	17,98
190	045.001.176	RALO SECO COM GRELHA 100 X 40 MM	UND	10,	16,63
191	045.001.177	RALO SIFONADO QUADRADO 100 X 100 X 50 MM	UND	10,	11,11
192	045.001.179	REDUÇÃO ESGOTO 100 X 75 MM	UND	60,	8,95
193	045.001.178	REDUÇÃO ESGOTO 75 X 50 MM	UND	10,	6,58
194	045.001.251	REDUÇÃO EXCÊNTRICA ESGOTO 100 X 50 MM	UND	20,	7,48
195	045.001.012	REDUÇÃO EXCÊNTRICA ESGOTO 150 X 100 MM	UND	60,	18,16
196	045.001.250	REDUÇÃO EXCÊNTRICA ESGOTO 200 X 150 MM	UND	70,	60,95
197	045.001.270	REDUÇÃO INVERTIDA SEM CROMAGEM ¾ X ½	UND	10,	23,09
198	045.001.180	REDUÇÃO SOLDÁVEL 50 X 25 MM	UND	10,	4,77
199	045.001.020	REGISTRO BASE 4416 - ¾	UND	10,	52,13
200	045.001.347	REGISTRO ESFERA ¾" METAL	UND	30,	45,69
201	045.001.348	REGISTRO ESFERA 1" METAL	UND	60,	78,01
202	045.001.349	REGISTRO ESFERA 2"METAL	UND	10,	174,77
203	045.001.047	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 50 MM	UND	10,	35,62
204	045.001.188	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC COM CANOPLA 20 MM	UND	10,	25,45
205	045.001.189	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC COM CANOPLA 25 MM	UND	10,	30,16
206	045.001.244	REGISTRO GAVETA BRUTO ½	UND	35,	39,13
207	045.001.184	REGISTRO GAVETA BRUTO 1 ½	UND	15,	72,90
208	045.001.185	REGISTRO GAVETA BRUTO COM CANOPLA ¾" (REF. 1509)	UND	10,	57,59
209	045.001.267	REGISTRO GAVETA C45 ¾" (REF. 1509)	UND	10,	49,62



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

210	045.001.268	REGISTRO GAVETA C50 1 ½" (REF. 1509)	UND	30,	116,24
211	045.001.186	REGISTRO GAVETA SEM CANOPLA ¾" (REF. 4509)	UND	10,	39,15
212	045.001.187	REGISTRO GAVETA SEM CANOPLA 2" (REF. 4509)	UND	10,	109,27
213	045.001.044	REGISTRO PRESSÃO ½ (REF. 4416)	UND	100,	46,54
214	045.001.269	REGISTRO PRESSÃO 1416 - C50 ¾	UND	40,	56,63
215	045.001.190	REPARO PARA TORNEIRA (KIT FÁCIL + MÓDULO)	UND	50,	44,06
216	045.001.350	REPARO PARA VÁLVULA ASTRA	UND	15,	46,00
217	045.001.351	REPARO PARA VÁLVULA DOCOL	UND	60,	67,50
218	045.001.352	REPARO PARA VÁLVULA HIDRA LUX	UND	100,	59,00
219	045.001.353	REPARO PARA VÁLVULA HIDRA MAX	UND	150,	60,67
220	045.001.191	REPARO PINO VALVULA HIDRA	UND	80,	69,00
221	045.001.192	SIFÃO CROMADO PARA LAVATÓRIO 1 X 1 ½	UND	10,	34,83
222	045.001.193	SIFÃO FLEXÍVEL PARA PIA/LAVATÓRIO 1 ½ X 40 MM	UND	180,	15,47
223	045.001.194	SIFÃO PVC DE COPO PARA PIA LAVATORIO UNIVERSAL	UND	130,	21,90
224	045.001.025	SIFÃO PVC SANFONADO INTELIGENTE	UND	350,	8,35
225	045.001.049	SPUDE PARA VASO SANITÁRIO	UND	100,	7,67
226	045.001.195	TAMPA PVC 250 MM	UND	125,	29,62
227	045.001.245	TAMPA RALO 100 MM	UND	50,	11,14
228	045.001.196	TAMPÃO ROSQUEÁVEL ½	UND	50,	2,25
229	045.001.197	TAMPÃO ROSQUEÁVEL 50 MM	UND	50,	25,38
230	045.001.203	TEE AZUL SOLDÁVEL ½	UND	100,	3,95
231	045.001.204	TEE AZUL SOLDÁVEL ¾	UND	100,	4,95
232	045.001.011	TEE ESGOTO 100 X 100 MM	UND	230,	28,50
233	045.001.199	TEE ESGOTO 100 X 50 MM	UND	100,	11,04
234	045.001.200	TEE ESGOTO 100 X 75 MM	UND	100,	13,94
235	045.001.009	TEE ESGOTO 150 X 100 MM	UND	170,	33,95
236	045.001.201	TEE ESGOTO 40 X 40 MM	UND	130,	3,13
237	045.001.202	TEE ESGOTO 50 X 50 MM	UND	140,	5,25
238	045.001.031	TEE ESGOTO 75 MM	UND	20,	11,47
239	045.001.205	TEE GALVANIZADO ½	UND	20,	13,57
240	045.001.016	TEE GALVANIZADO ¾	UND	10,	14,02
241	045.001.206	TEE REDUÇÃO SOLDÁVEL 25 X 20 MM	UND	110,	3,45
242	045.001.198	TEE ROQUEAVEL ½	UND	10,	3,22
243	045.001.056	TEE SOLDÁVEL 20 MM	UND	20,	1,32
244	045.001.207	TEE SOLDÁVEL 25 MM	UND	70,	1,29
245	045.001.208	TEE SOLDÁVEL 32 MM	UND	50,	3,65
246	045.001.054	TEE SOLDÁVEL 50 MM	UND	50,	7,94
247	045.001.209	TEE SOLDÁVEL 60 MM	UND	50,	21,23
248	045.001.018	TORNEIRA PARA COZINHA DE PAREDE METAL 1158 - C16	UND	50,	45,87



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

249	045.001.041	TORNEIRA PARA COZINHA DE PAREDE METAL 1159 - C39	UND	60,	41,23
250	045.001.036	TORNEIRA PARA COZINHA DE PAREDE MÓVEL METAL 1162 - C42	UND	30,	73,73
251	045.001.028	TORNEIRA PARA COZINHA DE PAREDE MÓVEL METAL 1168 - C40	UND	70,	77,00
252	045.001.242	TORNEIRA PARA JARDIM AMARELA 1128 - ¾	UND	30,	29,04
253	045.001.034	TORNEIRA PARA JARDIM AMARELA 1130 - ½ - C23	UND	100,	32,26
254	045.001.033	TORNEIRA PARA JARDIM CROMADA 1130 - C23	UND	40,	38,17
255	045.001.022	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO METAL 1193 - C23	UND	150,	34,63
256	045.001.024	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO METAL 1194 - C50	UND	30,	65,93
257	045.001.039	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO METAL 1195 - C43	UND	50,	75,24
258	045.001.002	TUBO DE PVC PARA ESGOTO 100 MM - CLASSE A - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	MTS	2.000,	25,14
259	045.001.211	TUBO DE PVC PARA ESGOTO 150 MM - CLASSE A - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	MTS	1.500,	27,11
260	045.001.212	TUBO DE PVC PARA ESGOTO 200 MM - CLASSE A - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	MTS	1.500,	59,16
261	045.001.243	TUBO DE PVC PARA ESGOTO 250 MM - CLASSE A - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	MTS	1.500,	70,00
262	045.001.210	TUBO DE PVC PARA ESGOTO 300 MM - CLASSE A - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	MTS	1.500,	80,00
263	045.001.045	TUBO DE PVC PARA ESGOTO 40 MM - CLASSE A - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	MTS	100,	12,51
264	045.001.213	TUBO DE PVC PARA ESGOTO 50 MM - CLASSE A - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	MTS	500,	18,82
265	045.001.030	TUBO DE PVC PARA ESGOTO 75 MM - CLASSE A - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	MTS	500,	29,32
266	045.001.214	TUBO DE PVC PARA LIGAÇÃO VASO SANITARIO CROMADO - EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99	UND	180,	22,33
267	045.001.221	TUBO DE PVC ROSCAVEL DE ½ - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	50,	10,94
268	045.001.051	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20 MM - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	300,	6,27
269	045.001.037	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 25 MM - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	300,	7,11



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

270	045.001.222	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 32 MM - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	50,	8,69
271	045.001.001	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 40 MM - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	40,	11,74
272	045.001.042	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 50 MM - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	60,	21,54
273	045.001.223	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 60 MM - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	50,	17,51
274	045.001.224	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 75 MM - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	30,	33,44
275	045.001.225	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 85 MM - COM TODOS OS REQUISITOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS - NBR 5688/99 E NBR 5648/99.	MTS	30,	55,50
276	045.001.215	TUBO GALVANIZADO ½ X 6 METROS	UND	10,	49,25
277	045.001.216	TUBO GALVANIZADO ¾ X 6 METROS	UND	10,	134,00
278	045.001.217	TUBO GALVANIZADO 1 X 6 METROS	UND	10,	237,00
279	045.001.219	TUBO GALVANIZADO 2 ½ X 6 METROS	UND	10,	210,04
280	045.001.218	TUBO GALVANIZADO 2 X 6 METROS	UND	10,	412,00
281	045.001.050	TUBO PARA LIGAÇÃO CROMADO 25 CM	UND	40,	25,72
282	045.001.046	TUBO PARA LIGAÇÃO SPUD	UND	70,	20,97
283	045.001.220	TUBO PARA LIGAÇÃO VÁLVULA DESCARGA	UND	40,	17,50
284	045.001.227	UNIÃO GALVANIZADA ½	UND	10,	48,39
285	045.001.226	UNIÃO GALVANIZADA ¾	UND	20,	39,00
286	045.001.228	UNIÃO SOLDÁVEL ½	UND	10,	3,75
287	045.001.229	UNIÃO SOLDÁVEL 25 MM	UND	10,	5,50
288	045.001.230	UNIÃO SOLDÁVEL 50 MM	UND	20,	22,88
289	045.001.231	VÁLVULA AMERICANA PARA PIA INOX - CROMADA	UND	15,	27,69
290	045.001.232	VÁLVULA CROMADA PARA LAVATÓRIO	UND	70,	19,42
291	045.001.233	VÁLVULA DE RETENÇÃO 100 MM	UND	50,	120,04
292	045.001.234	VÁLVULA ESFERA ½	UND	5,	32,15
293	045.001.235	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO PLÁSTICA	UND	30,	6,69
294	099.009.499	VASO SANITARIO - BACIA INFANTIL	UND	20,	278,00
295	045.001.354	VASO SANITÁRIO EM LOUÇA – BACIA CONVENCIONAL	UND	25,	220,48
296	045.001.355	VASO SANITÁRIO EM LOUÇA PARA ACESSO	UND	10,	229,00
297	045.001.118	VEDA ROSCA 18 MM X 10 METROS	UND	500,	3,05
298	045.001.119	VEDA ROSCA 18 MM X 25 METROS	UND	200,	5,17
299	045.001.014	VEDA ROSCA 18 MM X 50 METROS	UND	300,	7,52
300	099.005.182	ALGICIDA CHOQUE	LTRO	120,	27,50
301	099.005.181	ALGICIDA CLARIFICANTE / COAGULANTE	LTRO	300,	20,95



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

302	099.005.180	ALGICIDA MANUTENÇÃO	LTRO	240,	20,50
303	099.019.311	ASPIRADOR PARA PISCINA COM 3 RODAS - FABRICADO EM TERMOPLÁSTICO (ABS) INJETADO - EQUIPADO COM ENGATE GIRATÓRIO - SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA. (PISCINA EM VINIL)	UND	6,	88,22
304	099.019.312	ASPIRADOR PARA PISCINA COM ESCOVA JUMBO - FABRICADO EM TERMOPLÁSTICO (ABS) INJETADO - CERDAS DE NYLON. (PISCINA EM VINIL)	UND	6,	88,27
305	098.006.001	CAPA PARA PISCINA EM VINIL ESPESURA 0,50 MM COM CORDA	M2	1.000,	46,14
306	079.003.055	CLORO GRANULADO 65% (HIPOCLORITO DE CÁLCIO 65%)	KGS	1.200,	31,50
307	079.003.056	ELEVADOR DE ALCALINIDADE (PH ESTÁVEL)	KGS	120,	26,30
308	079.004.026	ESCADA PARA PISCINA TRADICIONAL COM 04 DEGRAUS - CORRIMÃO EM AÇO INOX POLIDO E ESPELHADO COM DIÂMETRO DE 1 ½" -DEGRAUS EM ABS SUPER REFORÇADOS - ACOMPANHA CHUMBADOR EM ABS E BORRACHA PARA ENCOSTO NA PAREDE DA PISCINA - DIMENSÕES: LARGURA: 49,5 CM X ALTURA 165 CM - CAPACIDADE ATÉ 100 KGS.	UND	6,	833,34
309	099.005.184	KIT TESTE PH / CLORO - CONTENDO 02 BISNAGAS DE 23 ML + APARELHO PARA MEDIÇÃO DUPLO COM ESCALAS	KIT	5,	103,87
310	099.005.187	LIMPA BORDA	LTRO	40,	23,00
311	099.019.314	MANGUEIRA CORRUGADA PARA ASPIRAÇÃO 50 MM	MTS	40,	14,90
312	099.019.316	PENEIRA CATA FOLHA - ARMAÇÃO EM ABS COM TELA DE NYLON.	UND	6,	18,65
313	072.005.032	FILTRO (REFIL) 2 EM 1, INSTALADO - VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 4.000 LITROS (9 A 12 MESES), PODENDO SER REDUZIDA DEPENDENDO DA QUALIDADE (IMPUREZAS, TEOR DE CLORO, ETC...) DA ÁGUA UTILIZADA DIARIAMENTE - RETENÇÃO DE PARTÍCULAS: CLASSE C = 5 µM A < 15 µM - DIMENSÕES: ALTURA: 241 MM X LARGURA: 78 MM - VAZÃO MÁXIMA: 0.75 LITROS/MINUTOS - PRESSÃO MIN./MAX DA REDE HIDRÁULICA: 3 A 40 MCA - VOLUME INTERNO E DE REFERENCIA PARA ENSAIO DE EXTRAÍVEIS: 0,4000 LITROS - COMPOSIÇÃO BÁSICA: POLIPROPILENO E CARVÃO ATIVADO -CONFORME PORTARIA Nº 2914 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - GARANTIA MÍNIMA: 03 MESES	UND	200,	159,67
314	072.005.033	PRÉ-FILTRO INSTALADO, VIDA ÚTIL MÍNIMA DO ELEMENTO FILTRANTE DE 4.000 LITROS (4 A 12 MESES), DEPENDENDO DA QUALIDADE IMPUREZAS - RETENDO PARTÍCULAS SUPERIORES A 10 µM - USO EXTERNO - COMPOSIÇÃO BÁSICA: POLIPROPILENO - VAZÃO RECOMENDADA: 0,75 LITROS/MINUTO - ALTURA: 218 MM X LARGURA: 49 MM - PRESSÃO MIN./MAX DA REDE HIDRÁULICA: 3 A 40 MCA - CONFORME PORTARIA Nº 2914 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - GARANTIA MÍNIMA: 03 MESES.	UND	200,	76,63
315	106.001.481	TAMPAO 600 MM ARTICULADO ESGOTO	UN	50,	450,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

1.1.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens próprias do fabricante devidamente lacradas e invioladas, contendo marca, modelo, data de fabricação, data de validade e número do lote.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 1963/2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A empresa deverá se responsabilizar pela qualidade e eficácia do fornecimento por ela realizado.

5.2. Prestar o fornecimento na forma ajustada e executar os serviços decorrentes desta contratação nas formas e condições determinadas neste Termo de Referência e Ata de Registro de Preço.

5.3. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

5.4. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução da Ata de Registro de Preços, documentos que comprovem estar comprimindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comercial.

5.5. O prazo contratual é de 12 (doze) meses, considerando a data inicial da Ata de Registro de Preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

- 5.6. A empresa deverá se responsabilizar pela qualidade e eficácia do material por ela fornecido.
- 5.7. A empresa deverá entregar os serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do Pedido de Compras, no setor requisitante, atendendo as especificações contidas neste Edital.
- 5.8. O carregamento e descarregamento dos produtos são de responsabilidade da empresa contratada e deverá ser feito no setor requisitante, em horário comercial, ou seja, de 08h00min as 11h00min e de 12h30min as 15h30min.
- 5.9. A Contratante receberá os produtos provisoriamente para verificação da conformidade com o exigido no Edital.
- 5.10. O recebimento definitivo dar-se-á no prazo máximo de 03 dias úteis.
- 5.11. A contratada deverá corrigir falhas nos produtos entregues, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 5.12. Para cada entrega efetuada deverá ser emitida uma Nota Fiscal correspondente, com a quantidade referente àquela entrega e havendo divergência quanto à qualidade e/ou quantidade dos produtos fornecidos, não será efetuado o recebimento, cabendo a contratada a efetivação da entrega de acordo com o Pedido de Compras, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem custo adicional para a Prefeitura.
- 5.13. A Prefeitura Municipal de Itáú de Minas não se responsabilizará pela retirada de produtos licitados no estabelecimento da empresa contratada e nem os que forem enviados pelo correio, transportadora, etc., e nem efetuará a distribuição dos produtos para os setores requisitantes.
- 5.14. O produto que eventualmente não atender as condições estabelecidas neste termo estará sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14.133/21, com suas posteriores alterações.
- 5.15. A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com os pedidos de compras emitidos e em qualquer quantidade, sem nenhum custo adicional para o Município e usuários.
- 5.16. Pedido será de forma parcelada, tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento.
- 5.18. A contratada deverá oferecer os recursos, meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção da execução do contrato.
- 5.19. O fornecimento dos produtos deverão ser feito excepcionalmente por meio de documento de “Pedido de Compras”, também disponibilizado pela Contratada e sob responsabilidade do Contratante, que deverá carimbar e assinar os pedidos.
- 5.20. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a contratada deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade e a procedência dos produtos.
- 5.21. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

6 GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput](#)).

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o Município.

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme prevista na [Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º](#).

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário competência.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do Município.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou em outro sistema informatizado para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF ou em outro sistema informatizado, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou em outro sistema informatizado utilizado pelo Município.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ**;

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - **CRF**;

8.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#) - **CNDT**;

8.13. Prova de regularidade no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre - **CNDM**;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II](#);

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 952.014,90 (Novecentos e cinquenta e dois mil, quatorze reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação serão atendidas pelas seguintes dotações:

02.07.15.451.1501.2059-3.3.90.30.00 – Manutenção da Secretaria de Obras
02.07.17.512.1701.2063-3.3.90.30.00 – Manutenção Conservação de Rede de Água
02.07.17.512.1701.2064-3.3.90.30.00 – Manut.Conserv.Sist.Esgoto Sanitário Pluvial
02.07.26.782.2601.2062-3.3.90.30.00 – Manutenção e Conservação de Vias Urbanas
02.08.15.451.1501.2068-3.3.90.30.00 – Manutenção Secretaria Serviços Urbanos
02.08.15.452.1503.2077-3.3.90.30.00 – Manutenção do Cemitério Municipal
02.08.15.452.1503.2078-3.3.90.30.00 – Manutenção do Velório Municipal
02.08.26.782.2601.2073-3.3.90.30.00 – Manutenção Terminal Rodoviário
02.09.12.361.1201.2083-3.3.90.30.00 – Manutenção Atividades Ensino Fundamental
02.09.12.365.1204.2092-3.3.90.30.00 – Manutenção de Creches
02.09.12.365.1204.2093-3.3.90.30.00 – Manutenção Ensino Pré escolar
02.09.27.812.2701.2098-3.3.90.30.00 – Manut.Atividades Esp.c/Esporte Especializado
02.09.27.813.2701.2101-3.3.90.30.00 – Manut.Quadras Esporte e Parques
02.10.10.122.1009.2103-3.3.90.30.00 – Manutenção Área Administrativa Saúde
02.10.10.301.1001.2258-3.3.90.30.00 - Manutenção Atenção Primária em Saúde
02.10.10.302.1008.2118-3.3.90.30.00 – Manutenção Atividades da Saúde – BLMAC
02.10.10.304.1006.2127-3.3.90.30.00 – Manutenção Vigilância Sanitária
02.10.10.305.1006.2128-3.3.90.30.00 – Manut.Vigil.Epidem.Cont.Doenças - BLVGS
02.11.08.244.0801.2129-3.3.90.32.00 – Manut. Ref. Casas Pessoas Necessitadas
02.11.08.244.0801.2131-3.3.90.32.00 – Assistência a Carentes e Necessitados
02.13.13.392.1301.2153-3.3.90.30.00 – Manutenção Parque de Eventos
02.13.13.392.1301.2155-3.3.90.30.00 – Manut. Fundo Prot.Patrim.Cultural
02.14.08.244.0801.2158-3.3.90.30.00 – Manutenção Atividades Secretaria
02.17.15.452.1502.2072-3.3.90.30.00 – Manutenção da Usina de Reciclagem de Lixo

Itaú de Minas, 01 de Julho de 2.024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

Norival Francisco de Lima
Prefeito Municipal

Matheus Henrique de Sousa
Secretário de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

ANEXO II

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 016/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2024

A **Prefeitura Municipal de Itaú de Minas**, com sede na Praça Monsenhor Ernesto Cavicchioli, nº 340, inscrito no CNPJ nº 23.767.031/0001-78, representado neste ato pela seu Prefeito Municipal, Senhor Norival Francisco de Lima, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2024, publicada no de/...../20....., processo administrativo n.º 016/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 1962, de 28 de dezembro de 2023 – Regulamento do SRP, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o de Registro de Preços para a aquisição de materiais hidráulicos, produtos químicos para piscina e acessórios a serem utilizados na manutenção, ampliação e atendimentos a todos os setores, secretarias e reformas de casas de pessoas carentes e necessitadas do município de Itaú de Minas, durante o período de 12 (doze) meses, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Anexo I - Termo de Referência, anexo Pregão Eletrônico Nº 025/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)				
X	Especificação	Marca	Un.	Qtde.	Valor Un

2.1.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens próprias do fabricante devidamente lacradas e invioladas, contendo marca, modelo, data de fabricação, data de validade e número do lote.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 6.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

3.9. Após a homologação da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7 e subitens, fica facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a Administração a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a Administração convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, a Administração atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Administração, quando o fornecedor:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho da Administração, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Administração, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2. É da competência da Administração a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XVI, do Decreto Municipal nº 1962/2023 – Regulamento do SRP).

8 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos;

8.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

8.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços;

8.1.8 Cientificar a assessoria jurídica da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto conforme exigências das descrições constante no termo de referência e pedido de compras;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou acionar a garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF ou outro determinado no Edital, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

10.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

**Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)**

FISCAL DE CONTRATAÇÃO:

GESTOR DE CONTRATAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
Minas Gerais

ANEXO III

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)				
X	Especificação	Marca	Unidade	Qtde.	Valor Unit.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)				
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Un



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

Minas Gerais

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede administrativa na _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela _____, e do CPF n.º _____, DECLARA, sob as penas da Lei:

1) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

5) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

6) Declaro que não possui fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação.

i) Declaro que a empresa não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera.

7) Declaro que a empresa não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8) Declaro que a empresa se declara ciente da obrigação legal de comunicar ao Município quaisquer impedimentos supervenientes.

9) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência (se for o caso).

_____, ____ de _____ de 2024

Assinatura do responsável pela empresa

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu (s) representante (s) legal (is) e/ou procurador (es) devidamente habilitado (s).